

OPINIÃO

Seguro Paramétrico no Setor Rural: Perspectivas e Desafios Jurídicos

Suely Tamiko Maeoka (*)

Baseado em índices climáticos, o recurso surge como ferramenta inovadora de gestão de riscos, oferecendo alternativa ágil e transparente ao modelo tradicional de seguro agrícola

O setor agrícola brasileiro, responsável por uma parcela significativa do PIB nacional e das exportações, enfrenta constantemente os desafios impostos pelas variações climáticas. Secas prolongadas, geadas tardias, chuvas excessivas e outros fenômenos meteorológicos representam riscos substanciais que podem comprometer safras inteiras e a sustentabilidade econômica dos produtores rurais. Neste contexto, o seguro paramétrico baseado em índices climáticos surge como uma ferramenta inovadora de gestão de riscos, oferecendo uma alternativa ágil e transparente ao modelo tradicional de seguro agrícola.

Diferente do seguro rural convencional, que exige comprovação e avaliação de perdas reais por meio de perícias, o seguro paramétrico utiliza parâmetros climáticos objetivos e previamente estabelecidos, como volume de chuvas acumuladas, temperatura, umidade relativa e índices de vegetação obtidos por satélite. O pagamento da indenização ocorre automaticamente quando o gatilho contratado é atingido, dispensando vistoria no local.

O funcionamento é simples e objetivo: segurador e seguradora acordam sobre índices climáticos específicos para cada cultura e região; os dados são coletados de fontes independentes como INMET (Instituto Nacional de Meteorologia), estações meteorológicas automáticas, sensores remotos ou imagens de satélite; e, uma vez atingido o gatilho predefinido, o pagamento é processado automaticamente, sem necessidade de vistoria no campo.

As vantagens para o produtor rural são notáveis. A principal é a agilidade na indenização, que pode ocorrer entre 24 e 72 horas após o acionamento do gatilho, permitindo ao produtor rural tomar decisões imediatas como replantio, aquisição de insumos para recuperação ou mitigação de perdas financeiras durante o ciclo produtivo. Há também maior transparência e previsibilidade, com termos contratuais claros baseados em dados públicos e verificáveis, eliminando disputas sobre a extensão das perdas e reduzindo significativamente o tempo de resolução de sinistros.

Esta modalidade pode ser mais acessível para pequenos produtores e regiões tradicionalmente negligenciadas pelo seguro rural tradicional, como áreas fora do Zoneamento Agrícola de Risco Climático ou propriedades em locais de difícil acesso para perícias. Além disso, o governo brasileiro, através do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), tem incentivado esta modalidade, oferecendo subsídios que podem chegar a 45% do prêmio para determinadas atividades e regiões, tornando-o ainda mais atrativo economicamente.

Contudo, o principal desafio técnico é o risco de base, particularmente relevante na agricultura devido à variabilidade espacial e temporal dos fenômenos climáticos. Este risco manifesta-se geograficamente quando uma estação meteorológica está distante da propriedade rural e as condições climáticas variam significativamente mesmo em distâncias relativamente curtas; temporalmente quando os períodos críticos para cada cultura não coincidem exatamente com os períodos de medição dos índices; e por tipo de cultivo quando diferentes variedades, tecnologias de produção e práticas de manejo resultam em respostas distintas aos mesmos parâmetros climáticos.

No contexto do agronegócio brasileiro, o ponto mais complicado para a plena implantação do seguro paramétrico reside na adaptação do arcabouço regulatório da SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) e do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) a uma modalidade que fundamentalmente difere do modelo tradicional de seguro rural.

A legislação brasileira de seguros rurais foi construída sobre o princípio da indenização da perda real, comprovada através de laudos técnicos e perícias agrônomicas. O seguro paramétrico, ao pagar com base em gatilhos climáticos independentemente da perda efetiva, cria um desafio jurídico fundamental para seu enquadramento legal.

O Brasil, com suas dimensões continentais e vasta diversidade climática, enfrenta desafios significativos na qualidade e densidade da

infraestrutura de dados meteorológicos. A heterogeneidade e, em muitas regiões rurais, a escassez de estações meteorológicas de alta qualidade dificultam a obtenção de séries históricas consistentes e representativas. Esta limitação na infraestrutura de dados agrava o risco de base e torna a modelagem e calibração dos gatilhos mais complexas e custosas, especialmente para culturas e regiões com dados históricos limitados.

A harmonização com programas governamentais existentes como PROAGRO (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária) e o PSR (Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural) representa outro desafio regulatório, com questões sobre complementaridade, sobreposição de coberturas e tratamento tributário das indenizações que precisam de clareza regulatória.

ASUSEP e o MAPA enfrentam ainda o desafio de garantir que os produtos paramétricos sejam justos e adequados às necessidades dos produtores rurais, incluindo definição clara de ativo segurável no contexto agrícola, cálculo de reservas técnicas adequadas para riscos climáticos, transparência na comunicação sobre limitações e risco de base, e mecanismos de resolução de disputas específicos para o setor rural.

A complexidade do conceito de seguro paramétrico e do risco de base exige um esforço significativo na educação dos produtores rurais, técnicos agrícolas e canais de distribuição. A falta de compreensão pode gerar desconfiança e limitar a adesão, apesar dos benefícios evidentes.

As perspectivas futuras para o agronegócio brasileiro são promissoras. O desenvolvimento de tecnologias como sensores IoT (Internet das Coisas) no campo, imagens de satélite de alta resolução temporal e espacial, e modelos de inteligência artificial promete mitigar significativamente o risco de base e melhorar a precisão dos produtos paramétricos.

Por sua vez, em um cenário de mudanças climáticas, com eventos extremos cada vez mais frequentes e intensos, o seguro paramétrico torna-se uma ferramenta essencial para a resiliência do agronegócio brasileiro. E também projetos de lei como o PL 2951/2024 buscam fortalecer o mercado de seguros rurais e aprimorar a gestão de riscos no campo, criando um ambiente mais favorável para inovações como o seguro paramétrico.

Assim, a crescente digitalização do agronegócio brasileiro, com adoção de agricultura de precisão e monitoramento por satélite, cria um ambiente propício para a expansão do seguro paramétrico, que se beneficia diretamente dessas tecnologias.

A aplicação é ampla: para culturas anuais como soja e milho, protege contra secas em fases críticas; para o algodão, cobre chuvas na colheita; e para o arroz, protege contra falta de água em lavouras de sequeiro. Em culturas perenes como café e citros, há cobertura contra geadas e eventos extremos; na cana-de-açúcar, contra seca e excesso de chuva. Na pecuária, pode ser utilizado para monitorar pastagens por índices de biomassa via satélite ou para cobrir riscos em confinamentos.

Desta forma, o seguro paramétrico em índices climáticos representa uma ferramenta poderosa para fortalecer a resiliência do agronegócio brasileiro frente aos crescentes desafios climáticos. Sua capacidade de oferecer indenizações rápidas e transparentes pode transformar a gestão de riscos no campo, especialmente para pequenos e médios produtores.

Contudo, para que esta modalidade atinja seu pleno potencial no setor rural brasileiro, é imperativo que o país desenvolva um arcabouço jurídico e regulatório específico e robusto, que enderece as particularidades do setor agrícola, garanta a proteção adequada do produtor rural, e promova investimentos na infraestrutura de dados climáticos necessária.

Por fim, a plena realização do potencial do seguro paramétrico no agronegócio brasileiro dependerá de um esforço coordenado entre reguladores, seguradoras, provedores de dados climáticos e representantes do setor rural para modernizar o ambiente regulatório e criar as condições necessárias para esta revolução na gestão de riscos agrícolas. Somente com um ambiente legal favorável e uma infraestrutura de dados robusta será possível colher os frutos desta inovação securitária, contribuindo para a sustentabilidade e competitividade do agronegócio brasileiro no cenário global.

(*) Advogada no Rucker Curi – Advocacia e Consultoria Jurídica.

Fertilizantes: mitos e verdades para uma agricultura sustentável

Especialista esclarece que o uso de fertilizantes não prejudica a saúde humana e eles são fundamentais para a produção de alimentos

Os fertilizantes desempenham um papel essencial na produtividade agrícola, pois garantem que o solo receba o equilíbrio adequado de nutrientes para sustentar o desenvolvimento das culturas. No entanto, ainda há muitas informações equivocadas que geram dúvidas sobre seu uso. O fato é que sem os fertilizantes não haveria produção de alimentos suficiente para toda a humanidade. Luís Schiavo, CEO da Naval Fertilizantes, empresa especializada em produtos biológicos, nutrição e tecnologia de aplicação em lavouras, esclarece os principais mitos e verdades sobre esse adubo. São eles:

Fertilizantes e Agrotóxicos são a mesma coisa

Mito: Os fertilizantes, que podem ser orgânicos ou inorgânicos, são aplicados no solo para oferecer nutrientes às plantas, proporcionando o aumento da produtividade. “Já os agrotóxicos, conhecidos também como defensivos agrícolas, são produtos essencialmente químicos e visam a proteção de plantas contra o ataque e a infestação de doenças e pragas”, explica Schiavo.

Fertilizantes e adubos são sinônimos e servem para nutrir as plantas

Verdade: Ambos têm o objetivo de nutrir as plantas. Além disso, representam os compostos químicos que podem ser encontrados na forma orgânica ou inorgânica, dependendo da sua origem. “A única diferença é que os fertilizantes inorgânicos têm exatamente a composição desejada de nutrientes, enquanto os adubos não. Assim, para solos muito pobres em nutrientes, recomenda-se o uso do fertilizante inorgânico, que corrigirá exatamente as deficiências”, esclarece o executivo.

Fertilizantes orgânicos são sempre melhores que os inorgânicos

Mito: Não há o “melhor” fertilizante, e sim aquele que atende as necessidades



Fertilizantes em excesso fazem mal às lavouras

Verdade: Nutrientes em excesso fazem mal às lavouras e causam deficiência devido às interações antagonísticas. “Neste caso, a absorção de determinada forma de um nutriente será responsável por dificultar a absorção de algum outro”, explica Schiavo.

“A fertilização orgânica é utilizada para aumentar a biodiversidade do solo e a retenção de água e de nutrientes. A inorgânica tem como vantagem as altas concentrações de nutrientes em suas formulações, facilitando o transporte e a aplicação no campo.”

da planta. Nas duas formas existem vantagens que, inclusive, podem ser utilizadas de forma integrada. “A fertilização orgânica é utilizada para aumentar a biodiversidade do solo e a retenção de água e de nutrientes. A inorgânica tem como vantagem as altas concentrações de nutrientes em suas formulações, facilitando o transporte e a aplicação no campo”, pontua Luís.

Safra 2025/26 de trigo brasileira deve atingir 6,9 mi toneladas

A safra 2025/26 de trigo no Brasil ganhou revisões mais significativas, segundo as projeções da StoneX, empresa global de serviços financeiros. De acordo com os dados recentes, a produção agora é estimada em 6,9 milhões de toneladas, redução de 10,5% no comparativo mensal, devido a cortes da área plantada nos estados do Paraná e do Rio Grande do Sul.

No recorte dos estados, os principais motivos para a redução de área no Paraná estão relacionados a frustrações ao longo das últimas safras, dificuldade de acesso ao crédito agrícola e, ainda, à perda de área para o milho safrinha.

“Apesar da expressiva redução na área plantada do estado, ainda se estima que a produção seja superior à do último ano, devido aos ganhos de produtividade no comparativo anual”, pontua o consultor em gerenciamento de riscos da StoneX, Jonathan Pinheiro.

No Rio Grande do Sul, além dos fatores que afetam o Paraná, os agricultores ainda lidam com agravantes climáticos. Segundo Pinheiro, houve perdas na safra de verão, o que reduziu sua capacidade de investimentos. Além disso, grandes volumes de chuva voltaram a atingir o estado, provocando novos alagamentos. “Até o momento, não há grandes prejuízos, mas a elevada umidade no solo segue atrasando o plantio, cada vez mais perto do fim da janela ideal”, destaca.



Aumento de 4,2% nas importações

Sob a ótica da relação entre oferta e demanda, a expectativa de uma produção menor para a safra 2025/26 levou à necessidade de ajustes nas importações. Conforme explica Pinheiro, com uma queda da produção de 10,5%, projeta-se um aumento de 4,2% nas importações, em comparação à previsão divulgada em junho, como forma de suprir a demanda interna.

“Ainda nesse contexto, a expectativa é de que o ano seja favorável para compras no mercado externo, devido aos grandes volu-

mes de estoques de passagem na Argentina, o que deve contribuir para elevada oferta no país sul-americano e, consequentemente, cotações mais pressionadas nos portos argentinos”, realça.

Somado a isso, espera-se que o volume exportado sofra uma redução considerável em relação ao ciclo comercial anterior, com um corte previsto de 26,3%. “Diante dessa conjuntura, o balanço deve ficar mais apertado na safra 2024/25, com queda estimada em 41,3% para os estoques finais, no comparativo anual”, finaliza o consultor em gerenciamento de riscos da StoneX.

Feno fortalece a pecuária na seca e garante desempenho do rebanho

A cada ano, produtores rurais enfrentam o mesmo desafio: entre os meses de abril e setembro, em boa parte do Brasil, as chuvas diminuem drasticamente, dando lugar ao clima seco. Nesse período, o pasto — base da alimentação bovina — praticamente desaparece. Essa sazonalidade é um dos principais gargalos da pecuária nacional, afetando diretamente a produção de leite, carne e a reprodução do rebanho.

Para superar esse cenário, o uso de estratégias de conservação de forragem se

torna essencial. Entre elas, o feno se destaca como uma das alternativas mais tradicionais, eficazes e versáteis disponíveis ao produtor. “O feno é uma ferramenta estratégica - ele garante a alimentação do rebanho quando a pastagem não responde, mantém a produtividade e ainda permite aproveitar oportunidades de mercado, como a compra de animais a preços mais baixos durante a seca”, afirma Thiago Neves Teixeira, engenheiro agrônomo e técnico da Soesp (Sementes Oeste Paulista).

Segundo a Embrapa, a escassez de forragem natural durante a seca pode resultar em perdas de até 30% na produção de leite e em queda significativa no ganho de peso de bovinos de corte. Além disso, há maior risco de doenças associadas à deficiência nutricional. É nesse contexto que a técnica da fenação ganha relevância: trata-se do corte, desidratação e armazenamento de capins com alto teor de matéria seca, com o objetivo de preservar o valor nutritivo da planta e garantir um alimento volumoso de qualidade por vários meses.